



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

EM BUSCA DE UM DIÁLOGO ENTRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE), O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

SONIA MARIA DE SOUSA FABRICIO NEIVA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO Este artigo analisa como as questões afetas a sociedade contemporânea, repercute nas políticas públicas curriculares notadamente na formação dos professores dos cursos de Pedagogia. O fio condutor da discussão centra-se no texto do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) especificamente no reflexo que as metas 15 e 16 imprimem ao contexto educacional. Concluimos, reconhecendo a relevância de os cursos de Pedagogia desenvolverem discussões e efetivarem ações visando a ressignificação das práticas pedagógicas no horizonte de uma educação crítica, para a superação da educação com forte caráter hegemônico monocultural, desigual e excludente. O estabelecimento e a efetivação de metas para um período de dez anos torna-se viável se assentado nos princípios democráticos da gestão do sistema educacional. **PALAVRAS-CHAVE:** Plano Nacional de Educação. Formação de professores. Currículo. **ABSTRACT** This article examines how the issues afetas contemporary society, reflected in the curriculum public policies especially in the training of teachers of Pedagogy. The thread of the discussion focuses on the text of the National Education-PNE Plan (2014-2024) specifically in the reflection that the targets 15:16 print the educacional. Concluimos context, recognizing the importance of the teaching courses develop discussions and actualize actions aimed at reframing of teaching practices in the horizon of an education critical to overcoming education with strong hegemonic monocultural character, unequal and exclusionary. The establishment and execution of goals for a period of ten years is feasible if seated on democratic principles of management of the educational system.

KEYWORDS: National Education Plan. Teacher training. Curriculum.

Introdução Reconhecemos que o currículo é um campo de forças e relações de poder fruto de uma seleção e produção de saberes – um campo conflituoso de embates de concepções de cultura, conhecimento, aprendizagem. Pelo currículo é que o conhecimento é veiculado as novas gerações. Nele se expressa o Projeto de Nação em nossa compreensão e nesse artigo sustenta-se nos princípios da democracia e participação política, conseqüentemente a concepção de educação por nós defendida coaduna-se com a formação humana e qualificação profissional. Nessa linha de raciocínio os cursos de formação, caso em que se insere o curso de Pedagogia tem responsabilidade impar, uma vez que são corresponsáveis pelo projeto de Nação na medida em que são formadores de opinião e construtores de conhecimento junto aos alunos. Essa situação nos leva as seguintes indagações: Como estão estruturados os cursos onde estão sendo formados os professores para atuar na Educação Básica?

Que concepção de qualidade?

Qual a efetiva valorização dessa formação?

Atrelada a essas indagações temos os apontamentos da Constituição Federal:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (...) E da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 9394/96 que preconizam as questões referentes ao currículo da Educação Básica. Esse currículo precisa ser objeto de estudo no campo da teoria e da prática para que assim se viabilize o previsto na legislação vigente. Entendemos que para a efetivação desse currículo o professor da educação básica, em particular o que atua nos anos iniciais do ensino fundamenta, precisa de formação específica em nível superior em curso de licenciatura na área em que atua. Essa situação demanda melhor articulação entre a universidade e a escola pública. Gatti (2010) evidencia o descompasso entre a formação ofertada pela universidade e a sala de aula. Nesse sentido os cursos de Pedagogia tem a tarefa de elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) cujo currículo atenda as questões que emergem na sociedade contemporânea o que implica repensar os cursos sistema educacional e os cursos de formação. O presente artigo está organizado da seguinte forma: breve reflexão sobre a sociedade contemporânea e a demanda curricular por ela requerida em seguida analisamos o PNE à luz da argumentação proposta. **1.Sociedade contemporânea** O contexto atual passa por transformações que redefinem a noção de tempo, espaço, valores, crenças. A sociedade é marcada pela fluidez, flexibilidade, relativização dos acontecimentos, velocidade com que

as informações são difundidas. Essa situação demanda uma concepção de educação que atenda essas questões. O sistema educacional tem como premissa munir as escolas de aparatos necessários ao cumprimento de seu papel social. Por sua vez o professor tem como função criar situações de ensino e de aprendizagem em sintonia com essa realidade. Essas exigências requeridas do professor sinalizam para revisão do currículo do curso de formação a fim de preparar adequadamente os professores. Considera-se que os cursos de formação de professores para atuar na educação básica não podem ser omissos a essas questões. Tomando as características apresentadas e o currículo como mecanismo para superação de práticas desalinhadas do contexto social o perfil do professor é o de profissional reflexivo, sujeito de seu tempo, que assume a educação como prática reflexiva de ação/reflexão/ação. Tal perspectiva representa uma via para conexões entre o micro espaço sala de aula e a realidade cultural e social. Entretanto não podemos ignorar que o neoliberalismo, sistema atual de nossa sociedade preconiza o ideal de liberdade, ou seja, os indivíduos são livres para fazer escolhas, aquilo que julgar adequado, conveniente, liberdade no campo pessoal, político e econômico. Friedman assim analisa este ideal de liberdade,

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido a seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promover diretamente a liberdade, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, permite um controle um do outro(FRIEDMAN,1997,p.5). Na perspectiva neoliberal compete ao Estado permitir ao homem a liberdade individual para conquista de bens materiais, de sua propriedade em conformidade com o capital e sintonia com o mercado. Os princípios que direcionam o neoliberalismo são: o individualismo a propriedade e o Estado. Nessa lógica o Estado é mínimo no sentido de investir e máximo quando se trata da regulação e controle. A ideia de liberdade se faz presente no campo religioso e econômico, visto que são livres para fazer escolhas e tomar decisões. A conquista é fruto do esforço desprendido e utilização dos talentos e dons para melhorar sua condição de vida. Esta é a concepção de emancipação, na lógica neoliberal. Nessa lógica ocorre a sobreposição da área da economia em relação à área política uma vez que por meio da economia. o neoliberalismo sustentado em

seus princípios norteadores regula, controla, interfere, financia e decide nas ações das instâncias sociais gerando desde a privatização de sistemas públicos à regulação no campo educacional. O Estado na lógica do mercado preocupa-se com a eficácia, eficiência e produtividade interferindo nos espaços sociais e na instituição escolar. Esta regulação está alinhada a pressão que o capital econômico exerce no capital cultural e social posto que a melhoria destes ocorra por meio do capital econômico. Nesta linha de raciocínio evidencia-se a manutenção do sistema de classes em que se privilegia na maioria das vezes a classe detentora de maior capital econômico. Barroso (2005) apresenta uma concepção de regulação que exprime tal asserção:

A actual difusão, no domínio educativo, do termo "*regulação*" está associada, em geral, ao objetivo de consagrar, simbolicamente um outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas. Muitas das referências que são feitas ao "novo" papel regulador do Estado servem para demarcar as propostas de modernização da administração pública das práticas tradicionais de controlo burocrático pelas normas e regulamentos que foram (e são ainda) apanágio da intervenção estatal. Neste sentido, a "*regulação*" (mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados) seria o oposto de "*regulamentação*" centrada na definição e controlo a priori dos procedimentos e relativamente indiferente as questões da qualidade e eficácia dos resultados). (BARROSO, 2005, p.727, grifos do autor). A compreensão que extraímos de tais questões coaduna-se com os apontamentos de Gentile (1996) ao retratar a democratização imposta ao sistema educacional sob o enfoque neoliberal:

O objetivo político de democratizar a escola está assim subordinado ao reconhecimento de que tal tarefa depende, inexoravelmente, da realização de uma profunda *reforma administrativa* do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a *qualidade* dos serviços educacionais (GENTILI, 1996, p.18 grifos do autor). O contexto sucinto aqui apresentado acerca da sociedade contemporânea demanda estudo e análise criteriosa das proposições, metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (resultado de intensas e profícuas discussões), com intuito de não torna-las uma "camisa de força" para as escolas públicas, perpetuando e

privilegiando os interesses da classe detentora de maior capital econômico. Neste sentido é preciso envidar esforços estruturar, organizar e operacionalizar um currículo que articulando teoria e prática possibilite uma formação diferente da que vem sendo operacionalizada. Caso contrário corre-se o risco de torná-la mais convencional e desconectada com a realidade das classes populares que tem na educação a expectativa de ascensão social. Sob esta compreensão o papel do Estado na sociedade contemporânea quanto à formação de professores requer ruptura com a lógica de mercado em suas práticas pedagógicas visto que está atrelada a dinâmica do capital mundializado. Nessa vertente as políticas públicas viabilizadas pelo Estado no campo educacional a partir do PNE sugerem direcionamento rumo à ética e a justiça social. Consequentemente aponta para alterações no campo da formação de professores notadamente nos cursos de Pedagogia. **2. O currículo e a formação de professores no curso de Pedagogia** O Plano Nacional de Educação (PNE) representa importante conquista para efetivar essas conexões. O PNE apresenta-se como um texto do Projeto de Lei 8035/10 de autoria do Executivo composto por 12 artigos que norteiam as 20 metas para a Educação. Dentre as metas destacamos as que se referem à formação de professores que neste artigo tem ênfase no curso de Pedagogia:

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. A meta 15 aponta o compromisso social das redes de ensino que constituem o sistema educacional com a formação inicial dos professores e na área de sua atuação. Presume-se que a intenção seja preparar adequadamente os professores a fim de resolver um problema que se arrasta, ou seja, profissionais atuando fora de sua área de atuação. Esta meta apresenta temáticas que devem ser criteriosamente discutidas pelos profissionais da educação, pois se depreende a presença de temática concernente ao currículo, à organização do trabalho pedagógico e avaliação, elementos centrais no processo de ensino e de aprendizagem da formação de professores. A meta seguinte imprime o caráter da educação permanente. Sugere compreensão de que apropriação do conhecimento é um movimento que não se esgota com a formação inicial. Esta meta possivelmente pode

atender uma das características da sociedade atual a rapidez com que um conhecimento novo surge e que demanda atualização. Mas faz-se necessário criar e garantir As condições de formação de professores ainda estão distantes do eu preconizam tais metas com destaque para as formas de financiamento e de um modelo de formação mais claro aos cursos de formação.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação. Esta formação em cursos de pós-graduação não pode ser alheia/desconectada da formação inicial e da área de atuação. Na visão de Saviani (2009) existem dois modelos de formação de professores o **modelo dos conteúdos culturais cognitivos** e o **modelo pedagógico didático** (grifos nossos). No primeiro modelo da formação de professores ancora-se na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento para a qual o docente é preparado e o segundo preconiza que a formação só se efetiva quando ocorre o preparo pedagógico-didático do professor.

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos formais (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p.16). Em nossa compreensão ao fazer referencia as funções do currículo, Gimeno Sacristán (2000) aborda o modelo pedagógico didático expresso por Saviani. E manifesta a ideia do currículo em ação, como movimento gerado no fazer. Além disso, depreende-se a presença dos dois modelos de formação por meio do currículo. Destacamos ainda que Saviani (2009) chama atenção para o modo como a formação é ofertada e que a mesma deve oportunizar a socialização do conhecimento. Compreende-se que nas colocações de Saviani acerca dos modelos para formação estão implícitos os objetivos das metas 18 e 19:

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. O PNE enseja também abertura para discussão sobre as condições para a construção de uma política curricular nacional:

- Necessidade em termos de: gestão, infraestrutura, carreira de profissionais da educação, formação de profissionais e financiamento.
- Reflexões sobre o PNE no que tange às metas e estratégias que permitam demonstrar o esforço na construção das condições aqui descritas.
- O impacto da política curricular no SAEB: reordenamento de matrizes e uso dos resultados pelos sistemas e pelas escolas.
- Atuação de outros setores para a construção da política curricular (intersectorialidade).

O documento traz a possibilidade de assumirmos a emancipação como apropriação do conhecimento mobilizada pelo desejo do saber. Conhecimento como conjunto do saber culturalmente sistematizado e do saber informal[iii], agregados aos contextos: ético, político, social e cultural entre outros. Nessa linha de raciocínio a emancipação tem como elemento central a formação humana articulada à concepção de educação que prioriza os valores humanos: respeito, verdade, ação correta, não violência, paz e amor. Identificam-se estas questões na meta 15 do Plano Nacional de Educação com a proposição de reforma curricular que remete a concepção de currículo[iv] conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2010). E que chama atenção dos profissionais da educação para o caráter histórico, ético e político das ações humanas e sociais bem como do modo como o conhecimento é operacionalizado na prática pedagógica. Ação pedagógica atrelada ao currículo e que neste estudo é visto como alternativa para o enfrentamento do trabalho pedagógico determinado pelo sistema neoliberal via valores capitalistas questionando a função do professor. Daí a relevância de conceber o currículo como construção social assentado nos conceitos de emancipação e libertação conforme nos apresenta Silva (2007),

É através de um processo pedagógico que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais que elas podem se tornar emancipadas ou libertadas de seu poder e controle (SILVA, 2007, p.54). Assim posto o curso de Pedagogia tem a função de proporcionar vivências educativas que possibilite aos futuros professores assumir postura profissional fundamentada nos ideais de

emancipação e libertação. Possível de ser implementada se a prática cotidiana dos professores universitários no contexto das salas de aula instigar o aluno a ser leitor de suas ações. Ou seja,

Numa pedagogia oposta à pedagogia do colonizador (que na falta de melhor expressão chamamos de pedagogia do conflito), o educador reassume a sua educação e seu papel eminentemente crítico: à contradição (opressor-oprimido, por exemplo), ele acrescenta a consciência da contradição, forma gente insubmissa, desobediente, capaz de assumir a sua autonomia e participar na construção de uma sociedade mais livre (GADOTTI, 1989, p.53). Destaca-se que ao situar a emancipação e libertação notadamente no curso de Pedagogia não isentamos a mobilização que parte do aluno/acadêmico. Significa que para a instalação do processo de participação, da relação dialógica, da coautoria, da democratização é preciso que não somente o professor se esforce tampouco as instituições de ensino superior. O maior interessado deve ser o aluno que tem o direito e dever de exigir formação com qualidade social, aqui entendida como a que proporciona apropriação do conteúdo culturalmente sistematizado através de uma práxis educativa assentada na interdisciplinaridade e transversalidade. Nesta vertente subtende-se que para o currículo do curso de Pedagogia sintonizar-se com as metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação a práxis a ser operacionalizada por meio do processo de ensino e de aprendizagem

[...] é atividade que se produz historicamente quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente-unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade. Como a realidade humano-social é criada pela práxis, a história se apresenta como um processo prático no curso do qual o humano não são já predeterminados; são determinados na história mediante uma diferenciação prática (KOSIK, 1986, p.202-203). Entretanto é salutar reconhecer a importância do papel do professor do curso de Pedagogia (espelho para os futuros professores) na formação crítica de seus alunos, especificamente no tratamento das informações a eles transmitidas visto que esta relação com o saber gera profissionais que poderão ou não ser agentes de transformação social via educação. Reverberamos a necessidade de a prática pedagógica assentar-se na consciência crítica delineada por ações fundadas no

discernimento e enfrentamento de determinada situação/fato/ocorrência e/ou objeto a ser apropriado, originando uma aprendizagem com sentido e significado, comprometida com a realidade dos homens. Em síntese se as proposições estabelecidas no Plano Nacional de Educação não se constituírem em exercício diário dos professores dos cursos de Pedagogia por meio do planejamento do ensino, dos grupos de estudo e pesquisa bem como ser ponto de partida para as práticas pedagógicas em sala de aula corre-se o risco de endossar a lógica do sistema neoliberal. O Plano Nacional de Educação abre perspectiva para contextualização do processo de ensino e de aprendizagem com reflexos na prática pedagógica e na formação dos futuros professores. Silva ao tratar do currículo faz uma análise sobre as relações de poder que se coaduna com a linha de raciocínio tecida neste artigo. O autor relaciona o papel do professor à formação crítica por ele assumida, como formação da consciência, conquistada por meio do exercício do pensar o lugar ontológico que cada sujeito ocupa. Com esta visão o autor apresenta como eixo norteador para a formação a compreensão dos significados, que carregados de ideologia precisam ser desnudados. Esse processo não é neutro. Para Silva (2007)

Giroux vê a pedagogia e o currículo através da noção de *politica cultural*. O currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de *fatos* e conhecimentos *objetivos*. O currículo é um local onde ativamente se produzem e se criam significados sociais. (SILVA, 2007,p.55 grifos do autor) As considerações tecidas neste artigo sinaliza a importância da palavra participação salutar para construção do Plano Nacional de Educação que não encerra na construção e divulgação do mesmo. A próxima etapa é torná-lo viável. A confecção do documento não define tampouco garante o modo de sua efetivação, ela só se materializa por meio das leituras que geram os sentidos e ao tornar-se ação cria-se o significado. O passo seguinte é a revisão do que possivelmente gera ambiguidade e ou/dúvidas e pode resultar práticas contrárias à formação como emancipação e libertação. Assim compreender o estabelecimento e a efetivação de metas para um período de dez anos torna-se viável se assentado nos princípios democráticos da gestão do sistema educacional. **3. Considerações finais** Se associarmos as transformações vivenciadas na sociedade contemporânea e como o saber, veiculado na instituição escolar é impactado pela rapidez

com que as informações são disponibilizadas, as escolas precisam estar munidas de condições econômicas, éticas, sociais, tecnológicas, culturais e pedagógicas, para cumprir sua função social. Função que suscita nova compreensão do que seja cidadania, sem ignorar o aspecto humano e não render-se aos “encantos” da globalização e do sistema neoliberal que ofuscam a realidade em função da fluidez do tempo, da sofisticação dos produtos comercializados, do ideal de ser humano, do ter em detrimento do ser, do lucro, da competitividade da ressignificação dos valores éticos enfim do pluralismo de ideias. Defendemos que o currículo precisa privilegiar a formação para a vida, para a cooperação, participação, assentada no caráter humano e faça resistência ao currículo a serviço do sistema neoliberal que acentua a exclusão social por meio da vulnerabilidade que desestabiliza o sentido e a importância da vida. Reiteramos a relevância da valorização da identidade cultural brasileira: quem somos?

O que precisamos?

Que realidade temos e se ela nos agrada?

O que os cursos de formação devem oportunizar e como proporcionar a tão propalada e defendida qualidade social?

Falamos de uma qualidade social que implica em conhecimento da realidade e dos meios de crescimento pessoal para então se conquistar o espaço profissional. Um curso superior sem politização pode tornar-se instrumento de manutenção e perpetuação das desigualdades impostas pelas políticas educacionais. Esse processo é que assegura a possibilidade de refletir sobre o que pode a educação, e as relações de poder e enfrentamento das adversidades, geradas no processo de formação. O Plano Nacional de Educação é uma conquista oriunda dos embates sociais que requer alterações no campo da formação de professores notadamente nos cursos de Pedagogia. Denominamos de alterações as iniciativas para resgatar a identidade do curso de Pedagogia, via compreensão da dinâmica histórica e política da sociedade. Entretanto para que se instaure tal ação é fundamental debate criterioso sobre as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação para evitarmos as que dão margem e valorizam os cursos aligeirados. Cursos na maioria das vezes desprovidos do conhecimento culturalmente sistematizado. Apoiados na fragmentação dos conteúdos, na facilitação, na certificação rápida e na educação compensatória. Cursos apoiados nessa visão caminham na contramão da

emancipação. A minimização da fundamentação teórica é preocupante, pois fragiliza a base para criatividade e o saber fazer. Talvez a mais perversa forma de privar os sujeitos em formação, do conhecimento valioso e poderoso. Conhecimento que nas mãos das classes privilegiadas torna-se um mecanismo de controle e de garantia da exclusão sob a pretensa capa da inclusão. Como encaminhamentos têm-se a revisão das diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Além de o trabalho pedagógico de professores dos cursos de Pedagogia ser assentado na distinção das duas faces de compreensão e efetivação do conhecimento: o conhecimento como regulação e o conhecimento-emancipação. Ou seja, evitar a visão romântica da práxis pedagógica, comum em cursos de Pedagogia.

4. Referências Bibliográficas BARROSO, J. (org.). **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educação & Sociedade. Campinas. v.26, nº92.Out.2005. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9394/96. BRASIL. **Constituição da República Federal**. 1988. BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **CNE/CEB**. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2010. FRIEDAMN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo. Arte Nova, 1997. FREITAS, L. C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública**. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, vol. 26, nº92, p. 911-933, Especial-Out.2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

www.cedes.unicamp.br

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1989. GATTI, Bernadete. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v.31, nº113, p.1355-1379, out-dez. 2010. GENTILLI, Pablo.; SILVA, Tomás Tadeu da. **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Editora: CNTE, 1996. GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Traduzido por Ernani F. da Fonseca Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Traduzido por Célia Neves e Alderico Toríbio. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009. Vol.14, n. 40, pp. 143-155. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teorias do currículo: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

profissional[1] Entenda-se aqui que a qualidade profissional é o meio de o homem (espécie) demarcar seu lugar ontológico, tornar-se sujeito. Não somos signatários da compreensão de qualificação a serviço do mercado tampouco como meio de exploração do outro. A qualificação que defendemos é a que tem como objetivo auxiliar o sujeito no seu quefazer possível pela ação-reflexão-ação. regulação[1] As políticas regulatórias querem, em áreas estratégicas, transferir o poder de regulação do Estado para o mercado [...] (Freitas, 2005, p. 913). informal[1] O saber compreendido como conjunto de valores, princípios, normas, experiências que dão sentido a existência humana, individual com ênfase para experiências culturais, do senso comum, no contexto familiar e com o contexto social incluindo o movimento característico da atual sociedade. currículo[1] Como práticas socialmente construídas e selecionadas. Não é neutro visto que ao contrário "é campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo" (BRASIL, 2010, p.19) interdisciplinaridade e transversalidade[1] Interdisciplinaridade se refere à dimensão didático-pedagógica e transversalidade à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

NEIVA, Sonia Maria de Sousa Fabricio* Professora Doutora em Educação: Currículo. Professor Adjunto do curso de Pedagogia- câmpus universitário de Arraias da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisadora e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas Educação, Estado e Políticas Públicas em Educação-GEPPE; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Educação-GEPHISE e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Tecnologias Educacionais-GEPEC.

Recebido em: 19/05/2016

Aprovado em: 21/05/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: